



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SERRA NEGRA DO NORTE-RN
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

**PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA CONSELHEIRO TUTELAR
QUADRIÊNIO 2020-2023**

1. Antes da criação do **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**, vigorava o Código de Menores (1979), que cuidava dos infantes que encontrava-se em situação irregular: em violação de direitos, em abandono por pais ou responsáveis, em perigo moral, em cometimento de ato infracional etc; ficando os mesmos na responsabilidade centralizada do Juizado da Infância. Na década de 80, com o processo de redemocratização do país, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e sob influência da ONU, foi elaborada um documento que resguardava todos os direitos à Criança e ao Adolescente, enfatizando a proteção integral destes como pessoa em condição, culminando com a sanção da Lei:

- a) 8.069 de 13 de julho de 1988
- b) 8.069 de 13 de julho de 1990**
- c) 8.069 de 13 de julho de 1993
- d) 8.069 de 13 de julho de 1994

2. Baseado no Art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente – **NÃO** é atribuição do Conselho Tutelar:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- c) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- d) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;**

3. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) introduz uma legislação processual especializada no âmbito da Justiça da Infância e Juventude, artigo 152; traz para discussão a prática de um ato infracional e a exigência de subordinação à medida socioeducativa prevista em lei. As medidas socioeducativas não visam somente à responsabilização do adolescente, estas também definem em seu conteúdo a proteção integral, a fim de garantir a sua integridade e desenvolvimento psicossocial, materializando os princípios do respeito à condição peculiar



de pessoa em processo de desenvolvimento e da prioridade absoluta. Qual alternativa abaixo menciona apenas medidas socioeducativas que **NÃO** pressupõe a privação de liberdade do/a adolescente:

- a) advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida;
- b) advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e semiliberdade;
- c) advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e internação em estabelecimento educacional.
- d) advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida e semiliberdade;

4. Recentemente o Estatuto da Criança e do Adolescente passou por modificações em seu texto, sendo acrescentado o artigo 8º, fundamentado na Lei nº 13.798 de 2019, que trata de um evento a ser realizado anualmente e que deve incluir o dia 1º de fevereiro, tendo como objetivo disseminar medidas preventivas e educativas, enfatizando uma temática específica de saúde pública, trata-se da:

- a) Semana Nacional da Família.
- b) Semana Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.
- c) **Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.**
- d) Semana Nacional de Combate às Drogas.

5. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Recentemente o presidente promulgou a Lei 13.824/2019 que altera o texto do artigo 132 do ECA que trata em síntese da localização, composição, eleição e mandato deste órgão. Assinale qual a alternativa que expressa corretamente esta modificação:

- a) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- b) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública



local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 5 (cinco) anos, mediante novo processo de escolha.

- c) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- d) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 3 (três) anos, permitida 1 (uma) recondução por novo processo de escolha.

6 – A profissionalização e à proteção ao trabalho configura-se como um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente; Após a Emenda Constitucional 98, ficou estabelecida a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, contudo o ECA não incorporou a alteração, mas a Constituição Federal, que está no topo da hierarquia das leis, é o que prevalece. Sobre a formação técnico-profissional que está contida no art. 63 do ECA, caberá obedecer aos seguintes princípios:

- I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
III – horário especial para o exercício das atividades.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente I b) I e II c) I, II e III d) NDA

7. Ao ser aplicada a medida de proteção e/ou medida socioeducativa à criança ou adolescente que estiverem em situação de risco e/ou praticado ato infracional deve-se observar os inúmeros princípios, além de serem adotadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo. Baseado no “Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:”

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SERRA NEGRA DO NORTE-RN
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

III- pelos integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes;

IV - em razão de sua conduta.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II b) I, III e IV c) I, II e III **d) I, II e IV**

8. A Educação é um direito garantido e assegurado pela Constituição de 1988 em seu “*artigo 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”. O ECA também retrata em seu texto essa temática e especifica competências de entes para com seus assistidos, no tocante a execução de ações, políticas, programas e repasse de informações a órgãos e instituições que atendem à crianças e adolescentes. Relacione as competências atribuídas a cada órgão e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compete aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar os casos de: I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III - elevados níveis de repetência;
- b) Compete apenas ao Governo Federal assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas nas instituições de ensino, conforme Lei nº 13.840, de 2019;**
- c) Compete aos pais ou responsável matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino;
- d) Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

9. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Título II, contextualiza desde o artigo 7º ao 69º os Direitos Fundamentais, que estão representados em cinco capítulos ao quais correspondem as garantias que o Estado, a família e a sociedade devem oferecer, resguardando o público infantojuvenil de toda e qualquer violação, afirmando a condição



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SERRA NEGRA DO NORTE-RN
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. Cite quais são estes Direitos Fundamentais suscintamente.

Direito a vida e à saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito a convivência Familiar e Comunitária; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e o Lazer; e Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

10. Mediante todas as **garantias** que o Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza ao público infanto-juvenil desde sua promulgação, discorra suscintamente quais os possíveis **desafios e estratégias** que os atores sociais enfrentariam ao tentar executá-las. (Imagine que você é um Conselheiro Tutelar em exercício e que vai utilizar este instrumento como ferramenta de trabalho para defender os direitos dos infantes e jovens de seu município)

OBS: Os critérios que servirão de parâmetro para avaliar esta questão serão de: Senso Crítico, Coerência Textual e habilidade de leitura e escrita.